



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região

Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo 0000720-50.2012.5.02.0491

Processo Judicial Eletrônico

Data da Autuação: 21/05/2012

Valor da causa: \$11,816.25

Partes:

RECLAMANTE: ROBSON MONTEIRO DA SILVA

ADVOGADO: CARLOS ALBERTO ZAMBOTTO

ADVOGADO: TATIANA COGGIANI LEITE

ADVOGADO: REGIANE RODRIGUES DE ALMEIDA

RECLAMADO: VIACAO SUZANO LTDA

ADVOGADO: DILERMANDO CRUZ OLIVEIRA

ADVOGADO: Camila Tiemi Oda

RECLAMADO: PRIMAVERA TRANSPORTADORA TURISTICA LTDA

ADVOGADO: DILERMANDO CRUZ OLIVEIRA

RECLAMADO: NETWORK CONTROL LTDA

RECLAMADO: MAGGIORE TRANSPORTES LTDA.

RECLAMADO: N.S. CARMO ASSESSORIA E ADMINISTRACAO S/A

ADVOGADO: DILERMANDO CRUZ OLIVEIRA

RECLAMADO: SANTA PAULINA COMERCIO DE BILHETES ELETRONICOS LTDA

RECLAMADO: MILTON CIMATTI

ADVOGADO: roberto cimatti

RECLAMADO: roberto cimatti

ADVOGADO: roberto cimatti

RECLAMADO: WDC PARTICIPACOES E ADMINISTRACAO EIRELI

ADVOGADO: DILERMANDO CRUZ OLIVEIRA

RECLAMADO: WILMA DOMINGAS CIMATTI

ADVOGADO: DILERMANDO CRUZ OLIVEIRA

RECLAMADO: TELMA CIMATTI

ADVOGADO: FELIPE NUNES PEREIRA

RECLAMADO: MILTON CIMATTI JUNIOR

ARREMATANTE: MAURO DEL CIELLO

ADVOGADO: LEANDRO AUGUSTO MELAO

ADVOGADO: MAURO DEL CIELLO

ARREMATANTE: LOPES DE MELLO EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA - EPP

ADVOGADO: ALEXANDRE AUGUSTO SILVEIRA GALVAO MORAES

ARREMATANTE: EWP EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA

ADVOGADO: RENATA COSTA SOUZA

ARREMATANTE: HBS PARTICIPACOES LTDA.

ADVOGADO: FABIANO LOPES DE MACHADO

ARREMATANTE: JET PARTICIPACOES LTDA

ADVOGADO: MARTA CRISTINA SANTANA AUGUSTO

ADVOGADO: JOSE AUGUSTO

ARREMATANTE: MZF EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA

ADVOGADO: MARLON ANTONIO FONTANA

TERCEIRO INTERESSADO: FLEURY S.A.

ADVOGADO: GABRIELLA NUDELIMAN VALDAMBRINI

TERCEIRO INTERESSADO: COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUICAO

ADVOGADO: RAQUEL NASSIF MACHADO PANEQUE

TERCEIRO INTERESSADO: DALVA CIMATTI

ADVOGADO: ALEXANDRE LETIZIO VIEIRA

TERCEIRO INTERESSADO: ROBSON ALVES QUIRINO

ADVOGADO: WGLANEY FERNANDES DA SILVA

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Juízo Auxiliar em Execução



ATSum 0000720-50.2012.5.02.0491

RECLAMANTE: ROBSON MONTEIRO DA SILVA

RECLAMADO: VIACAO SUZANO LTDA, PRIMAVERA TRANSPORTADORA TURISTICA LTDA, NETWORK CONTROL LTDA, MAGGIORE TRANSPORTES LTDA., N.S. CARMO ASSESSORIA E ADMINISTRACAO S/A, SANTA PAULINA COMERCIO DE BILHETES ELETRONICOS LTDA, MILTON CIMATTI, roberto cimatti, WDC PARTICIPACOES E ADMINISTRACAO EIRELI, WILMA DOMINGAS CIMATTI, TELMA CIMATTI, MILTON CIMATTI JUNIOR

CONCLUSÃO

Nesta data, faço o feito concluso ao(a) MM(a) Juiz(a) da Juízo Auxiliar em Execução/SP.

SAO PAULO/SP, data abaixo.

ALEXSANDRA BASTOS DOS REIS DE MENESES

DESPACHO

Vistos

Considerando que a realização de leilão judicial se mostrou ineficaz (fl. 1943 - id 75a5ba6) e que, quando da primeira tentativa de alienação por iniciativa particular, houve proposta fora do prazo para aquisição do bem, bem como que compete ao Juiz adotar todas as medidas necessárias à plena efetivação das decisões por ele proferidas e, ainda, que o Código de Processo Civil fixa expressamente a possibilidade de alienação por iniciativa particular, determino a alienação do imóvel descrito na matrícula nº 33.292 do Cartório de Registro de Imóveis de Suzano/SP por iniciativa particular, sendo mantida a avaliação apresentada pelo oficial de justiça às fls. 1296 - id b6dfa8b, tudo em conformidade com os procedimentos estabelecidos na legislação processual, com critérios mínimos de publicidade, sempre com vistas à obtenção de maior arrecadação, interesse comum aos exequentes e executados, tudo na forma do artigo 880 do CPC, subsidiariamente aplicável.

Assim, estabeleço que a tentativa de alienação deverá ocorrer por intermédio dos leiloeiros judiciais credenciados neste Regional, observados os seguintes requisitos formais:

- apresentação de propostas nos autos no prazo de 30 dias corridos, com início em 06/07/2020 e término em 04/08/2020;
- oferta dos bens através de seu sítio na internet, nos mesmos moldes em que publicados por ocasião do leilão judicial;

- preço mínimo de R\$ 1.000.000,00 (hum milhão de reais) - 50% do valor da avaliação realizada pelo Oficial de Justiça às fl. 1296.

Ressalto, desde logo, que somente será admitido parcelamento mediante pagamento de 30% à vista, no prazo de 24 horas, a partir da homologação da proposta, e o restante em, no máximo, 10 (dez) prestações mensais, devidamente corrigidas pela taxa SELIC, na forma do artigo 245-B da Consolidação das Normas da Corregedoria deste Regional e na inteligência do artigo 895, §1º do CPC.

Em caso de igualdade no valor ofertado, terá preferência a proposta que contemple pagamento à vista ou em menor número de parcelas.

A fim de garantir o sigilo das propostas, estas serão juntadas aos autos apenas após o término do prazo descrito.

Registro que a apresentação de proposta vincula o proponente. Caso este descumpra as formalidades previstas, os autos serão conclusos para análise da segunda maior proposta apresentada, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis ao licitante desistente: perda do sinal dado em garantia em favor da execução e também da comissão paga ao leiloeiro, impedimento de participar em futuras hastas públicas neste Regional, bem como ciência ao Ministério Público para apurar eventual existência de crime (artigo 358 do CP).

Fixo a comissão de corretagem em 5% do valor total da alienação, a qual será devida ao leiloeiro que apresentar a proposta homologada.

Ressalto que a aquisição de bem imóvel em processo judicial é originária, razão pela qual não há que se falar em responsabilidade do adquirente pelos débitos tributários que recaiam sobre ele até a presente data, especialmente os de natureza *propter rem*, aí incluídas eventuais despesas condominiais. Assim, os eventuais débitos tributários ou despesas de condomínio constituídas até esta data e incidentes sobre o bem apenas se sub-rogam no preço oferecido, observada a ordem de preferência. Inteligência do parágrafo único do artigo 130, do CTN, e do § 1º do artigo 908 do CPC.

Para garantir a publicidade dos atos, expeça-se edital de alienação por iniciativa particular, afixe-se o documento na sede do Juízo e publique-o no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho com antecedência mínima de 20 (vinte) dias da abertura do prazo de apresentação das propostas.

Intimem-se as partes da alienação por iniciativa particular por intermédio de seus advogados ou, quando não constituídos, por meio de mandado, edital, carta ou outro meio eficaz.

Intimem-se, ainda, conforme o caso, com pelo menos 10 (dez) dias de antecedência da abertura do prazo de apresentação das propostas, o senhorio direto, o credor com garantia real ou com penhora averbada, que não seja de qualquer modo parte na execução, bem como eventuais interessados que integrem o rol estabelecido no art. 889 do CPC.

Intimem-se os leiloeiros judiciais credenciados neste Regional para que deem início aos trabalhos.

Considerando a demonstração de interesse na aquisição do bem pela empresa Bolsa Imóvel Gestão de Bens Ltda (que apresentou sua proposta tardia, através do leiloeiro Rodrigo Ap Rigolon da Silva), determino a sua intimação, através do contato de e-mail fornecido na petição id 976c318, qual seja contato@bolsaimovel.com.br.

SAO PAULO/SP, 12 de maio de 2020.

ANNA CAROLINA MARQUES GONTIJO
Juiz(a) do Trabalho Titular



Assinado eletronicamente por: ANNA CAROLINA MARQUES GONTIJO - Juntado em: 12/05/2020 17:51:35 - 7ce431t
<https://pje.trt2.jus.br/pjekz/validacao/20050514501082300000175376440?instancia=1>
Número do processo: 0000720-50.2012.5.02.0491
Número do documento: 20050514501082300000175376440